



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: BR102019004110-2 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 27/02/2019
Prioridade Unionista: -
Depositante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG) ;
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO E DE ARTEFATOS
DE MADEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDIMOV (BRMG)
Inventor: GLAUCINEI RODRIGUES CORRÊA; ADRIANA LUIZA DUARTE;
LUCIMAR GUIMARÃES DE ABREU; ALESSANDRO DE OLIVEIRA
POLICARPO; CYNTHIA LUIZA DAMACENO ANDRADE
Título: “Processo de obtenção de produto de madeira granulada com
acabamento superficial na cor preto fosco ”

PARECER

Em 21/11/2024, por meio da Petição 870240098984, no pedido em resposta ao parecer emitido no âmbito da então Portaria/INPI/PR N° 34, de 01 de Abril de 2022, notificado na RPI n° 2800, de 03/09/2024, segundo o parecer de exigência (6.1), a Requerente, por meio de seu procurador e em cumprimento à exigência, apresentou suas argumentações, além de nova via do quadro reivindicatório. Desta forma, o exame do pedido teve continuidade com base nas vias apontadas no Quadro 1 desse parecer e considerando o conteúdo da manifestação apresentada.

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 6	870240004548	18/01/2024
Quadro Reivindicatório	1	870240098984	21/11/2024
Desenhos	1	870190020306	27/02/2019
Resumo	1	870190020306	27/02/2019

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		x
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		x
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	x	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	x	

Comentários/Justificativas

O quadro reivindicatório apresentado por meio da Petição 870240098984 de 21/11/2024, não apresenta matéria que se enquadre nos artigos 10 e 18 da LPI. Adicionalmente, a matéria reivindicada compreende um único conceito inventivo e está limitada ao conteúdo inicialmente revelado no pedido de patente e limitado à matéria ao qual o exame foi requerido, atendendo ao disposto nos artigos 22 e 32 da LPI.

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	x	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	x	

Comentários/Justificativas

O Relatório descritivo, o quadro reivindicatório e o resumo apresentados por meio das Petições apresentadas no Quadro 1 deste parecer se encontram adaptados às normativas do INPI vigentes (PORTARIA /INPI / DIRPA Nº 14, DE 29 DE AGOSTO DE 2024, PORTARIA /INPI /DIRPA Nº 16, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024, Resolução nº 169/2016 e nº 208/201). Na oportunidade, por meio da Petição 870240098984 de 21/11/2024, o quadro reivindicatório foi reapresentado, com as novas 2 reivindicações, estando de acordo com o Artigo 25 da LPI.

Quadro 4 – Documentos citados no parecer		
Código	Documento	Data de publicação
-	-	-

Comentários/Justificativas

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)		
Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1 a 2
	Não	-
Novidade	Sim	1 a 2
	Não	-
Atividade Inventiva	Sim	1 a 2
	Não	-

Comentários/Justificativas

A Requerente cumpriu com os tópicos abordados no Parecer de exigência (6.1) notificado na RPI nº 2800, de 03/09/2024, com relação à ausência do Artigo 25 da LPI. Dessa forma, o pedido está de acordo com a legislação, sendo a matéria passível de proteção.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2024.

Luciana Portal da Silva
Pesquisador/ Mat. Nº 1413254
DIRPA / CGPAT I/DIPOL
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº
001/23